

# humanitas



**Vol. XXXVII-XXXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

## A INFANTA D. MARIA E O SEU TEMPO(\*)

A Infanta D. Maria foi o último dos filhos do rei D. Manuel. Era cerca de vinte anos mais nova do que seu irmão, o rei D. João III.

Por outro lado, sua mãe, a rainha D. Leonor de Áustria, terceira mulher de seu pai, fora a noiva destinada a esse irmão mais velho (1), da qual o pai de ambos, o rei D. Manuel, se apossou para si, intrigando junto da corte de Carlos V, irmão de D. Leonor, por intermédio de um emissário de confiança e com o auxílio de presentes aos participantes nas negociações.

O príncipe D. João, futuro D. João III, viu chegar a madrastra, com alguma revolta contra as intrigas de seu pai que o fizera apresentar à sua prometida como um idiota. Esta, ao chegar a Portugal, deu-se conta do logro e terá perguntado, quando lho apresentaram: «Es este, el bovo?».

O príncipe D. João era um rapaz desempenado e de agradável aparência. De idiota não tinha nada, mas aprendeu cedo a ser dissimulado e hipócrita.

Entretanto, a jovem rainha D. Leonor, com vinte e um anos, casada com D. Manuel, cerca de trinta anos mais velho, começou a ter filhos,

---

(\*) Conferência lida em 7 de Junho de 1986 na sessão solene de entrega dos diplomas aos primeiros licenciados do Curso de Humanidades do Centro de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, cerimónia a que presidiu Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Viseu, Senhor D. José Pedro da Silva, presidente da Comissão Administrativa do mesmo Centro.

A Infanta D. Maria foi senhora de Viseu. O investigador viseense Dr. Alexandre de Lucena e Vale, *No Quarto Centenário de João de Barros*, Edição da Junta Distrital de Viseu, 1970, mostrou que o *Panegírico* da Infanta D. Maria, de João de Barros, foi composto na altura em que D. João III conferiu a sua irmã o senhorio de Viseu, por volta de 1546.

Um esboço da presente conferência foi lido na Escola Secundária Infanta D. Maria, antigo Liceu da Infanta D. Maria, em Coimbra, em 19.2.1986.

(1) Cf. Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte IV, cap. 38, p. 82 da edição da Universidade de Coimbra, 1955.

segundo o provérbio popular de que «homem velho e melher nova, filhos até à cova». Nos dois anos em que estiveram casados, de fins de Novembro de 1518 a 13 de Dezembro de 1521 em que D. Manuel morreu, tiveram dois filhos: o infante D. Carlos (18.2.1520 — 15.4.1521) que viveu pouco mais de um ano e a infanta D. Maria, nascida em Lisboa, em 8 de Junho de 1521. Quando seu pai faleceu, tinha, portanto, a infanta seis meses de idade.

Após a morte de D. Manuel, uma onda de simpatia romântica parece ter-se desencadeado na corte portuguesa. Muitos queriam que o jovem rei e sua jovem madrasta casassem. Entre o povo, que era no fundo quem pagava os casamentos reais com os tributos extraordinários que para o efeito lhe eram pedidos, além da simpatia pelos dois jovens, havia a preocupação com o dote da rainha que teria de ser restituído, se ela não casasse com o príncipe. Estas considerações materiais eram tão importantes, que o mais qualificado representante da nobreza, o duque de Bragança, D. Jaime, foi um dos que advogaram o casamento de D. João III com D. Leonor.

A rainha olhava o enteado, e a hipótese do casamento, com visível aprovação. E a afeição do jovem monarca pela madrasta não era segredo para ninguém.

Se tivessem casado, D. Leonor seria mulher depois de ter sido madrasta. E a infanta D. Maria tornar-se-ia enteada, além de ser irmã.

Todavia, D. João III teve escrúpulos e preferiu não casar. Mas o envolvimento romântico entre ele e a madrasta existiu e chegou mesmo às páginas dos cronistas, normalmente discretos, nestas coisas de decoro real. Veja-se, por exemplo, o capítulo duodécimo da parte I dos *Anais de D. João III* de Frei Luís de Sousa.

Por fim, a rainha D. Leonor partiu, depois de lutar arduamente para levar consigo a infantinha sua filha. Lutaram ela e seu irmão Carlos que, além de rei de Espanha, era desde Outubro de 1521 imperador da Alemanha.

D. João III não cedeu e a infanta ficou em Portugal. Já então as razões económicas devem ter pesado nesta decisão do rei. A infanta, pelo contrato de casamento de sua mãe, tinha direito a uma elevada soma e ficava herdeira de seu pai e dos rendimentos permanentes que a sua mãe eram devidos dos bens que, por força do contrato matrimonial, herdara no nosso país. Além disso, e para não falar só de dinheiro, estava na linha de sucessão do trono português.

As questões materiais e no seu caso, por ironia do Destino, a afluência, e não o contrário, virão a ser determinantes nas vicissitudes da vida da Infanta D. Maria.



João Rodrigues de Sá de Menezes, segundo um ms. quinhentista. (*Vide Nota Final*).

Seu irmão, o rei, casará com D. Catarina, irmã mais nova de sua mãe, em 5 de Fevereiro de 1525 e, aos quatro anos de idade, a pequena D. Maria fica, assim, com uma mãe adoptiva que será simultaneamente sua tia e sua cunhada. D. João III considerar-se-á sempre como seu

pai adoptivo, e é de crer que lhe fosse afeiçoado, mas na prática olhará sobre aos seus interesses pessoais e aos da família que acabava de constituir.

D. João e D. Catarina virão a ter nove filhos dos quais apenas dois, uma rapariga e um rapaz, chegam a ter individualidade histórica, chegam mesmo a casar e a deixar um filho cada, mas nenhum alcançou os dezoito anos de idade. O mais velho, uma rapariga, nasce em 15 de Outubro de 1527, quando a corte se encontrava na cidade de Coimbra. Temos agora mais uma infanta D. Maria, esta filha de D. João III, portanto, sobrinha da nossa Infanta D. Maria, e seis anos mais nova do que ela. Quando chegar a idade de se casar, em 1543, com Filipe de Espanha, D. João III, preocupado em arrumar a filha, segundo a sua alta hierarquia, preterirá um dos casamentos propostos para a irmã. Mas a filha de D. João III viverá apenas mais dois anos. Morrerá do parto do primeiro filho — como então era frequente, sobretudo entre princesas — em 12 de Julho de 1545. Tinha dezassete anos e nove meses.

Do irmão, o príncipe João, falaremos adiante.

Quando esta infanta D. Maria mais jovem começou a fazer os seus estudos de Latim, por volta do Outono de 1533, aos seis anos de idade, constituiu-se um grupo para acompanhar a princesa e a estimular no seu gosto de aprender. Sabemos isto por uma carta de Rodrigo Sanches, capelão da rainha, que viera com D. Catarina, de Castela, e era o professor da princesa.

Também por essa carta ficamos a conhecer o nome de uma das companheiras desta segunda infanta D. Maria. Trata-se da filha de João Rodrigues de Sá de Meneses a quem Rodrigo Sanches escreve, felicitando-o pela inteligência, vivacidade intelectual e interesse que punha no aprendizado a jovem Meneses.

Rodrigo Sanches desejava conhecer pessoalmente o pai, de quem lera escritos em latim que muito o tinham impressionado. Para entrar em contacto com o pai da sua aluna, Rodrigo Sanches serve-se do conhecimento que tinha na corte com Joana Vaz que claramente exercia funções semelhantes às suas. Na carta a Joana Vaz, Rodrigo Sanches explica que o pai da sua aluna, o cultíssimo nobre João Rodrigues de Sá de Meneses professava a maior admiração por Joana Vaz.

Toda esta correspondência em latim, contida no manuscrito do Fundo Geral 6368 da Biblioteca Nacional de Lisboa, é interessantíssima. Infelizmente, D. Carolina Michaëlis não conheceu este manuscrito,

como explico no «Prefácio» da edição fac-similada de *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1983.

Por outro lado, as duas cartas de Rodrigo Sanches, isto é, a dirigida a Joana Vaz e a endereçada a João Rodrigues de Sá de Meneses, publiquei-as com texto latino e tradução no meu livro recente, *Latim Renascentista em Portugal* (2).

Mas voltando aos estudos da filha de D. João III, Maria, sobrinha e prima da nossa Infanta D. Maria. Na correspondência latina de Rodrigo Sanches, como ia dizendo, há menção de uma companheira de estudos, a filha de Sá de Meneses, feita em termos tais que não é difícil deduzir que esta *Menesia*, como lhe chama Sanches, era a melhor aluna do grupo.

Tenho razões para crer que ela era mais velha do que a filha de D. João III e teria cerca de doze anos de idade, isto é, a mesma idade que a Infanta D. Maria, irmã do Rei. A filha de Sá de Meneses, segundo a tradição do século XVI, entre a gente cultivada, devia ter começado a aprender latim, ainda antes do seis anos (muitos rapazes começavam aos três ou quatro anos), e devia, portanto, levar grande vantagem à filha do soberano.

Teria sido a Infanta D. Maria uma das companheiras de sua prima, a princesa real sua homónima, nas aulas do Pe. Rodrigo Sanches? Não creio. Seus pais, D. João III e D. Catarina, suportariam com mais facilidade que a filha de Sá de Meneses fosse a melhor do curso, do que ver diminuída a pequena princesa, diante de sua prima. Aliás, seis anos, no século XVI, era uma idade que supõe um ligeiro atraso para começar, desculpável talvez por ser a princesa, como todos os seus irmãos, pouco robusta fisicamente.

A propósito, diga-se que a rainha D. Catarina parece ter guardado uma certa má vontade à filha de João Rodrigues de Sá de Meneses, segundo um incidente contado num manuscrito português da Biblioteca do Congresso, em Washington (3). Mas esse desentendimento ter-se-á verificado, anos mais tarde.

---

(2) Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, pp. 154-159.

(3) Cf. *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista* (...). Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund. Coimbra, Almedina, 1980, pp. 82-83. Aliás, a anedota é um bom documento do carácter firme de João Rodrigues de Sá e mostra ao mesmo tempo que a castelhana D. Catarina não gozava de muita simpatia entre os portugueses.

Na correspondência latina de Rodrigo Sanches é mencionada Joana Vaz que viria a ser uma das damas da infanta. Creio que da casa da rainha, onde foi bibliotecária, terá passado ao serviço da infanta de quem devia ser professora neste ano de 1533. Anteriormente, o mestre teria sido Julião de Alba, como Sanches, um dos castelhanos vindos no séquito de D. Catarina.

Dez anos mais tarde, a filha de D. João III casa com seu primo, o futuro Filipe II Castela que viria a ser Filipe I de Portugal. A princesa tinha dezasseis anos e seus pais davam-se pressa em dar-lhe estado. Sua tia e prima, a Infanta D. Maria, então com vinte e dois anos, podia esperar.

De França, onde a mãe da Infanta, agora mulher do rei Francisco I, se encontrava, chegavam apelos constantes a que se desse uma situação a sua filha, tanto mais que fortuna pessoal lhe não faltava. Mas D. João III fazia ouvidos de mercador.

Ao mesmo tempo que se tratava do casamento da filha do soberano com Filipe de Castela, em 1542, chegava a Portugal uma embaixada a propor um casamento para a Infanta. Manuseando a documentação publicada por Frei Miguel Pacheco (4), o minucioso biógrafo seiscentista da Infanta, e informações de origem francesa, Jean-Baptiste Aquarone pôde publicar um estudo bem documentado no *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, de 1940. O artigo de Aquarone intitula-se «L'ambassade extraordinaire de Claude de la Guiche, évêque d'Agde, auprès du roi de Portugal Jean III (1542)» e para ele remeto quem esteja interessado em conhecer mais pormenores desta tentativa de casamento da Infanta.

O rei de França, nesta altura seu padraсто, propunha o casamento de D. Maria com seu filho, o duque d'Orléans. Mas parece que era sobretudo a fortuna que lhe interessava para a aplicar na guerra contra o imperador Carlos V, irmão de sua própria mulher e tio da Infanta. Desta vez, até a rainha D. Leonor foi obrigada a proceder maquiavelmente. Não podendo opor-se às claras aos desejos do marido, preveniu secretamente a filha de que o casamento lhe não convinha. Por detrás da rainha D. Leonor, a guiá-la, seu irmão Carlos V.

---

(4) *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria hija del Rey D. Manoel, fundadora de la insigne Capilla Mayor del Còuento de N. Señora de la Luz y de su Hospital, y otras muchas dedicadas al culto diuino.* (...) Lisboa, (...) MDCLXXV.

E a razão de Estado impediu, assim, que a Infanta casasse em França, enquanto sua prima se preparava para casar em Espanha. Já vimos como a filha de D. João III falecerá, pouco depois, em 1545.

Entretanto, o casto soberano de Portugal, que em solteiro tivera dois filhos bastardos, ia atemorizando a Infanta com a liberdade dos costumes da corte francesa, para dissuadi-la de pensar em ir viver com a mãe.

A circunstância de ter falecido em 1545 a prima, a princesa real, podia melhorar a sua situação perante os pais adoptivos que eram D. João III e D. Catarina. Mas tal não aconteceu, como veremos, no que diz respeito ao seu possível casamento.

Em princípios de Novembro de 1550, a família real veio visitar a Universidade de Coimbra. As memórias universitárias recordam a presença do rei, da rainha, do príncipe herdeiro D. João e da infanta D. Maria.

D. João III devia querer sossegar o ambiente universitário, certamente algo perturbado pela prisão, durante férias grandes, em Agosto de 1550, dos lentes do Colégio das Artes, Diogo de Teive, João da Costa e do escocês George Buchanan, à ordem da Inquisição. Os mestres estavam a ser interrogados em Lisboa.

A Universidade desvelou-se em homenagens aos membros da família real, em numerosas cerimónias nas quais a língua usada foi o latim. Ora, não era segredo para ninguém que dos quatro príncipes, a saber, o casal régio, o herdeiro da coroa e a infanta, era esta, sem qualquer dúvida, quem melhor conhecia a língua latina.

A oração panegírica em nome da Universidade, na sala grande dos actos, foi recitada por Inácio de Moraes que não esquece a «irmã do Rei, a divina Maria sereníssima» (*eiusdemque Regis Soror diua Maria Serenissima*).

Esta homenagem da Universidade era apenas justa numa altura em que a cidade de Coimbra, povoada de novos colégios universitários, por toda a parte e sobretudo na recém-aberta rua da Sofia, passava por uma nova fundação. O rei sacrificara mesmo o seu palácio para nele instalar as salas de aula da Universidade, por tal forma que agora, em 1550, tinha de hospedar-se com a família nos edifícios do mosteiro de Santa Cruz.

Entre os livros dedicados à Infanta por ocasião desta visita à Universidade de Coimbra, avulta pelo seu significado e pela importância da homenagem o *Tratado do Jubileu* do famoso canonista Mar-

tín de Azpilcueta, o Doutor Navarro, sem dúvida a personagem de maior prestígio da Universidade.

Martín de Azpilcueta fora trazido de Salamanca e tinha então cinquenta e sete anos. Falecerá em Roma, aos noventa e quatro, sempre activo.

Em 1550, ao dedicar à Infanta em Coimbra o seu *Commentarius de Iobeleo et Indulgentiis omnibus*, escreve no Prefácio: «Calo muitos dos seus actos que contados um por um costumam mover até os peitos frouxos a desejarem-lhe todo o bem. Por isso, acontece que em treze anos da minha permanência nestes florentíssimos reinos, encontrei a cada passo quem apregoasse os seus louvores, mas detractores seus (e isto é talvez uma glória dela só) não encontrei nenhum. De tal modo todos aprovam os seus actos, lhe querem bem, desejam para ela o acrescentamento de algum grande império.

Ó feliz Castela, com os reinos a ti anexos, se aquilo que desejas o obtiverdes, à força de perseverar com veemência nesse desejo, a saber, que o ínclito Filipe, primogénito do imperador Carlos e vosso rei designado, tome por consorte esta ínclita mulher, inteiramente digna de si. E ele tomá-la-á, se não vos poupardes a esforços, se, chorando os nossos erros, insistirmos junto de Deus sem cessar, para que os esqueça e nos não castigue, permitindo que uma estrangeira qualquer, de costumes estranhos aos nossos, tome o lugar desta que é nossa natural, esta a quem exornam costumes em congruência com os melhores de todos nós, costumes cristianíssimos.

Mas para onde me arrastou o amor profundo por todo o orbe hispânico e pela Cristandade inteira? Na razão desta minha dedicatória esteve, Princesa Sereníssima, o ter-me parecido que um modesto presente literário, oferecido com espírito cândido e submisso, não te seria desagradável, a ti que prezas ser ornada das letras de que és tu própria o mais alto ornamento. Tu que acolhes a literatura e os homens letrados com extraordinária, com maravilhosa benevolência, e te comprazes sumamente no serviço e companhia das mulheres letradas que tens em tua casa» (5).

Martín de Azpilcueta elogia seguidamente o rei de quem a Universidade é criação, a rainha e o príncipe herdeiro, para continuar: «Parecia conveniente que eu, noutras coisas o último, mas nos cabelos

---

(5) Fol. 4 (sem numeração) da ed. de 1575; trata-se da dedicatória da ed. de 1550.

brancos e no serviço um dos primeiros mestres, depois de ter dedicado obras minhas, primeiro que ninguém, ao rei, à rainha, ao rei futuro, também alguma coisa dedicasse a ti que tantos povos e raças desejam, conhecem e solicitam, com veemência, para sua rainha.»

Este testemunho, tirado de um livro que D. Carolina Michaëlis lamenta não ter encontrado, e só conheceu indirectamente (6), é altamente significativo, vindo do famoso Doutor Navarro, não apenas glória da Universidade de Coimbra no século XVI, e talvez o mais prestigioso canonista da Europa de então, mas — coisa muito mais rara — um homem de carácter, capaz de ser fiel aos amigos nas horas difíceis em que todos desertam. Já o tenho dito, e continuo disso convencido, de que foi a intervenção (7) de Martín de Azpilcueta uma das razões poderosas que influíram no tratamento benévolo da Inquisição aos três mestres que estavam a ser interrogados em Lisboa, enquanto D. João III visitava a Universidade de Coimbra.

Mais tarde, ele não hesitará em defender Carranza de Miranda, o arcebispo de Toledo perseguido pela Inquisição espanhola, e em defendê-lo contra o próprio Filipe II de Espanha. É visível por estas palavras que tenho uma certa simpatia pelo Doutor Azpilcueta, com a sua figura exótica de velho magro, anguloso, de nariz aquilino sob um barrete meio eclesiástico, meio universitário, com que aparece nas portadas dos seus livros, o mesmo com que nos surge de repente de um caixilho circular, com a cabeça de fora, numa parede interior da Igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, onde está sepultado.

Mas voltando à Infanta. Em 1550, quando visitava Coimbra, era voz corrente que estava para casar com Filipe de Espanha, então viúvo de sua prima.

São dessa época os versos latinos que lhe dedicaram Luísa Sigeia, a sua juvenil mestra, da mesma idade aproximadamente que a Infanta, e André de Resende.

---

(6) Cf. a nota 76 de *A Infanta D. Maria de Portugal e as suas Damas*. D. Carolina Michaëlis só conhece o trecho em latim citado por Frei Miguel Pacheco, autor de que tira também as informações contidas na nota 76. Estas correspondem a uma interpretação, algo incorrecta, do Prefácio da edição do *De Iobeleo*, de 1550, e são colhidas de Pacheco, p. 132.

(7) Cf. Mário Brandão, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, vol. II, I parte, Universidade de Coimbra, 1969, p. 186 e seguintes.

O poema *Syntra* da Sigeia, em que se alude claramente ao casamento da Infanta com um grande príncipe da Europa, estava pronto em 1546, pois nesse ano o enviou Luísa ao papa Paulo III com uma carta redigida em latim, grego, hebraico, árabe e siríaco, línguas que a jovem sábia, de cerca de vinte e cinco anos, mostrava conhecer.

O poema, logo a seguir, vai perder a oportunidade, quando se verificar que, afinal, a princesa não casa. Só virá a ser publicado pela primeira vez em 1565, em Paris, por iniciativa de Jean Nicot, antigo embaixador na corte portuguesa, já depois da morte da Sigeia, ocorrida em 1560. Porque se a Infanta milionária não casou, a sua mestra não se mostrou disposta a imitá-la. Casou com um espanhol, bom latinista como ela, mas sem fortuna, para quem Luísa tentou em vão arranjar um emprego condigno na corte espanhola. Já com uma filha, sentindo-se incompreendida e triste, finou-se talvez de desgosto. Mais tarde, a Infanta deixou no seu testamento uma tença de 12000 réis anuais para essa filha da Sigeia, que vivia em Espanha.

O poema *Syntra* de Luísa Sigeia foi publicado pela última vez em 1972 nos *Arquivos do Centro Cultural Português* da Fundação Gulbenkian, de Paris, com tradução francesa de Odette Sauvage.

O futuro casamento da Infanta com Filipe de Espanha é referido num outro poema latino. Este, da autoria de André de Resende, foi publicado em Coimbra em 1551, juntamente com a oração latina que o humanista proferira nesse mesmo ano no Colégio das Artes, em Louvor de D. João III. Essa *oratio* é também dedicada *Mariae Principi Eruditissimae*.

O discurso de Resende não nos interessa aqui. O poema, sim. Foi de novo publicado em 1976 pelo Dr. Gabriel de Paiva Domingues, na revista *Humanitas*. Nele Resende refere-se ao futuro casamento da Infanta em termos que lembram os usados pela Sigeia e descreve o ambiente de elevada cultura e espiritualidade que rodeia a Infanta no seu palácio.

Há uma referência especial para as duas mestras da princesa. De Joana Vaz falara o poeta já anteriormente, segundo rezam os versos. Era a mais velha das duas mestras e fora ela quem cuidara da educação da Infanta até os vinte anos, pois Luísa Sigeia só entra ao serviço da corte em 1542, com pouco mais de vinte anos também.

Joana Vaz é elogiada por humanistas mais antigos como Luís Teixeira, Aires Barbosa e Francisco de Melo. Deste chegou até nós

uma carta a Joana Vaz, reproduzida num livro do mestre espanhol Francisco Sánchez, o Brocense (8), que mostra a alta conta em que era tida. O próprio teor da carta, com os seus comentários críticos, revela que Francisco de Melo lhe atribuía elevado nível cultural.

Na corte, Joana Vaz foi centro de um movimento humanístico de que me ocupei num dos meus livros (9). Era, portanto, mulher de prestígio entre os humanistas, embora não impressionasse os contemporâneos tão vivamente como a menina-prodígio que foi Luísa Sigeia, filha do humanista Diogo Sigeu, treinada por seu pai para ser uma estrela de primeira grandeza no mundo da cultura.

Para a posteridade, a Sigeia deixou monumentos do seu engenho — como então se dizia — nos escritos latinos que chegaram até nós: versos, cartas e um diálogo cuja última edição pertence a Odette Sauvage, em 1970, nas Presses Universitaires de France, com o título de *Dialogue de Deux Jeunes Filles. Sur la vie de cour et la vie de retraite (1552)*. Trato deste diálogo no meu livro *Estudos sobre o Século XVI*, publicado em primeira edição pela Gulbenkian de Paris, em 1980, e em segunda edição aumentada, pela Imprensa Nacional — Casa da Moeda, em 1983. Não quero, por isso, ocupar-me aqui do diálogo da Sigeia que testemunha, indirectamente, pela abundância e variedade das leituras da sua autora, a riqueza da biblioteca da Infanta.

Infelizmente, quanto a Joana Vaz, nada de parecido chegou até nós, talvez porque ela própria, na sua timidez e recato, submetida primeiro à autoridade do pai, o licenciado João Vaz, de Coimbra, e depois à do marido, um obscuro fidalgo da corte, tenha preferido ficar na sombra. Não assim — como vimos — a jovem castelhana de Toledo, que foi sua colega, o fenómeno que dava pelo nome latino de Ludouica Sigaea.

Estavam as coisas neste pé, a Infanta lendo, estudando (e, certamente, rezando), ao mesmo tempo que sonhava com a sua futura situação de rainha de Espanha, assinando já as cartas como princesa herdeira de Castela, e tratada como tal na corte portuguesa, recebendo versos, elogios e dedicatórias, sobretudo em latim, para fazer jus à sua fama de «doctissima», quando o inesperado aconteceu.

---

(8) Cf. *In Ternarium Ausonii Galli Annotationes*, Salamanca, 1598, fls. 36v<sup>o</sup>-37.

(9) *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.

Dou a palavra ao Doutor Navarro, Martín de Azpilcueta, de quem atrás falei. Na segunda edição daquele livro *De Iobelaeo*, saída em Roma em 1575, Martín de Azpilcueta, que se encontrava na corte pontifícia, não esqueceu, apesar da distância, o seu affecto pela Infanta, e escreveu novo Prefácio — o desta 2.<sup>a</sup> edição — em que diz o seguinte, traduzindo do latim: «A obra sobre que eu te escrevera, leitor cristão, na epístola precedente — refere-se ao prefácio da 1.<sup>a</sup> edição — no jubiléu do ano de 1550, publicada em Coimbra, vivendo eu muito longe de Roma, quando tinha cerca de cinquenta e sete anos de idade, apresento-a de novo, neste jubiléu do ano de 1575, já dentro dos meus oitenta e dois anos, quando residio na Urbe. Edito-a outra vez, revista, corrigida e acrescentada...».

Enumera em seguida alguns dos melhoramentos do livro, para voltar depois ao Prefácio da 1.<sup>a</sup> edição, e dirige-se de novo ao leitor: «Quanto ao mais, para que, ao ler aquella epístola dedicatória, te não deem que pensar os acontecimentos que se esperava viessem a succeder à famosa Princesa a quem eram annunciados, fica sabendo que ella foi desejada para rainha pelos reinos de Castela, célebres no mundo inteiro, e por todos os outros, que são muitos e muito grandes, subordinados a Castela; e que, pelo consenso unânime, e por decisão do mui alto imperador Carlos V, rei deles, e com grande alegria por toda a Lusitânia e seus piedosísimos rei e rainha, irmãos da Princesa, aceite e estabelecido que casasse em boa hora com Filipe II, então o príncipe herdeiro e successor designado dos acima mencionados reinos, assim que todos já tinham começado a querer-lhe em espírito como à sua futura rainha e muitíssimos a saudá-la como tal, por palavra e por escrito.

Mais ainda, já depois de eu lhe ter dedicado este meu opúsculo, o illustríssimo Rui Gomes, príncipe de Eboli, camareiro-mor do imperador, chegou a Lisboa, capital da Lusitânia, onde ella vivia, acompanhado de grande séquito, para com ella casar, em nome do atrás referido Filipe. E uma hora determinada do dia seguinte foi de véspera estabelecida para, no meio de grande affluência de gente, contrahir um matrimónio tão importante, tão piedoso e tão benéfico para todo o orbe cristão. E contraído elle fora, se tivesse chegado vinte e quatro horas mais tarde de Flandres um mensageiro enviado pelo imperador, que no envólucro dum feixe de cartas, já entregue também ao portador destinado a Espanha, trazia escritas estas palavras: neste momento foi annunciado que o rei Eduardo de Inglaterra morreu. Succeder-lhe-á

Maria, sua irmã. Por isso, se não foi ainda contraído o casamento com a infanta D. Maria, suspenda-se (*suspendatur*) (10)».

Martín de Azpilcueta discute depois os prós e os contras que eram aventados pelas gentes sobre este casamento não realizado, para concluir que o prestígio da Infanta não sofrera quebra e que não fora ela quem mais perdera com o acontecido, pois continuou a sua vida plácida no cultivo das letras a que era em extremo dedicada, numa via de aperfeiçoamento que lhe garantia um lugar de rainha, esplendente de glória, no céu, onde esperava ele, Martín de Azpilcueta, de um canto escondido, vir um dia a contemplá-la.

Descendo agora do céu, onde o Doutor Navarro via a Infanta, para as realidades deste nosso vale de lágrimas, consideremos os acontecimentos da época.

O pretexto do casamento inglês de Filipe foi a morte de Eduardo VI em 6 de Julho de 1553. Portanto, o Verão desse ano fatídico tornou-se para a Infanta tempo de grande humilhação que ela não mais havia de esquecer.

Filipe não se deu pressa em casar com a prima de Inglaterra, filha de sua tia-avó Catarina de Aragão e de Henrique VIII (11). Em 30 de Outubro de 1553, foi o casamento por procuração em Londres. Carlos V tinha feito proclamar seu filho rei de Nápoles, para que Filipe, ao chegar a Inglaterra, possuísse também um título real, mas só em 25 de Julho de 1554, Filipe e Maria Tudor celebraram pessoalmente a cerimónia do casamento em Winchester. A rainha era mais velha onze anos que seu marido e de aspecto menos agradável do que a Infanta. Esta também era mais velha que o príncipe seis anos (12).

Em matéria de educação e cultura, Maria Tudor não era inferior à infanta portuguesa: além da sua língua nativa, o inglês, «falava espanhol, francês e latim, lia grego e italiano, cantava bem e tocava diversos instrumentos» (13).

---

(10) Este final é dado em espanhol por D. Carolina Michaëlis. Trata-se da versão feita por Frei Miguel Pacheco do latim de Azpilcueta Navarro.

(11) A rainha Maria era, portanto, prima direita de Carlos V. Segundo os hábitos correntes no século XVI, era considerada tia de Filipe.

(12) Também a Infanta D. Maria, prima direita de Filipe, por sua mãe ser irmã do imperador Carlos, pai do príncipe castelhano, era igualmente sua tia, pois era irmã da imperatriz Isabel, mãe de Filipe.

(13) Christopher Morris, *The Tudors*, Fontana/Collins, Glasgow, 11981, p. 118.

Mas o casamento foi sentimentalmente um fiasco e politicamente para a rainha um desastre. No ano seguinte, em 1555, Filipe partia de Inglaterra para não mais voltar, e Mary Tudor falecia três anos depois, em 1558.

Uma surpresa para o pesquisador dos acontecimentos desta época é verificar que o rei de Portugal, D. João III, não ficou ofendido com a grave humilhação sofrida pela irmã nem com a desconsideração feita à corte portuguesa.

Nas *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro serviram de secretários (1515 a 1568)* (14), numa altura em que Pero de Alcáçova estava no segredo dos projectos mais recônditos do rei português, lê-se que «o Imperador teve com El-Rei nosso Senhor os cumprimentos e lhe mandou apresentar as razões e causas por que se movera em tal casamento, que foram as do bem e redução daquele Reino tão perdido. O mesmo fez o Príncipe, e sua alteza o recebeu como tão católico e tão cristão, como era em todas suas obras.» (15)

A «redução daquele Reino tão perdido» é o regresso da Inglaterra à Igreja Católica, ao qual, aparentemente, era sacrificada a infanta portuguesa. Resta saber se D. João III se contentaria tão facilmente, se a Infanta, em vez de irmã, fosse sua própria filha.

Aliás, lendo com atenção as *Relações* de Pero de Alcáçova Carneiro, que D. Carolina Michaëlis não conheceu, fica-se com a impressão de que D. João III, como se costuma dizer em linguagem familiar, «esteve na jogada», e que tudo foi previamente combinado, não passando aquele postilhão que chega, ao cair da tarde, a Lisboa, de encenação dramática.

Assim o deixa supor documentação secreta, hoje conhecida, que Martín de Azpilcueta ignorava. E Frei Miguel Pacheco, no século XVII, disse tinha suspeitas.

A verdade é que Filipe, mesmo sem a intervenção do pai, já tinha abandonado o projecto do casamento português, quando chegou a comunicação da subida ao trono de Inglaterra, de Maria Tudor (16).

---

(14) Revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada. Imprensa Nacional de Lisboa, 1937.

(15) *Op. cit.*, p. 375.

(16) A leitura combinada dos documentos citados por William Thomas Walsh, *Felipe II*, Espasa-Calpe, Madrid, 1949, p. 141, e Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações*, pp. 371-375, não deixa dúvidas de que Rui Gomes da Silva sabia que o

Entretanto, as relações de D. João III e sua mulher com a corte espanhola eram as melhores. Enquanto, mais uma vez, o casamento da Infanta se não efectuava, tinha-se realizado no ano anterior mais um enlace entre príncipes dos dois países.

A princesa Joana de Espanha, filha de Carlos V, casara com o príncipe herdeiro de Portugal, chamado como o pai D. João, em 1552. Acontecimento festejado com entusiasmo pelos poetas, em português e em latim, para logo novos poemas serem compostos, não já de regozijo, mas nébias, epicédios e epitáfios — segundo a nomenclatura da época — e até uma tragédia em latim (17), quando em 2 de Janeiro de 1554, menos de dois anos volvidos, falecia o príncipe D. João. Dezoito dias mais tarde, a 20 de Janeiro de 1554, nascia como filho póstumo D. Sebastião, o futuro rei.

D. João III, então com cinquenta e dois anos de idade, pai que fora de onze filhos, dois bastardos e nove legítimos, acabava de perder o último. E há-de ter pensado certamente que os filhos de seu pai, D. Manuel, o Venturoso, dos quais o derradeiro aquela Infanta D. Maria,

---

casamento se não realizaria, ainda antes do aparecimento do mensageiro de Flandres. Aliás, a matéria do casamento foi tratada em Lisboa apenas entre Rui Gomes e Pero de Alcáçova, «vendo-se e falando ambos de noite nela, porque, como se tratava em grande segredo e sem o saber Luiz Sarmiento, que ao tal tempo aqui residia por Embaixador, assim convinha que se fizesse e assim o ordenou e mandou Sua Alteza.» (*Relações*, p. 372).

Pero de Alcáçova transcreve seguidamente uma carta de Rui Gomes em que, não obstante o tom velado, o assunto a que se alude é o casamento da Infanta. Falando de Filipe, diz: «... e, quanto ao que até agora posso entender da vontade do Príncipe, creio que haverá pouco que fazer em a conformar com a de El-Rei neste negócio que se trata.» (*ibidem*).

E mais adiante: «Entretanto, eu farei as diligências necessárias para que neste negócio não haja muitas demandas nem repostas, e prazera a Nosso Senhor que nisto acertarei a servir melhor a El-Rei nesta terra que nessa, em casa de Luiz Sarmiento.»

El-Rei é D. João III e não parece imaginoso supor que o serviço que Rui Gomes se preparava para prestar-lhe era o de embarçar o casamento da Infanta, empresa tanto mais fácil quanto é certo que o rei de Portugal faltara ao prometido e regateava agora, uma vez mais, o dote que devia à irmã.

Quanto a Filipe devia ser-lhe quase indiferente casar com uma tia ou com outra. Não obstante, a portuguesa era um pouco mais jovem e mais bonita; mas a outra era politicamente mais interessante.

(17) Cf. *Diogo de Teive, Tragédia do Príncipe João* por Nair de Nazaré Castro Soares. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Coimbra, 1977.

nascida quando o rei estava a seis meses do fim, eram de cepa bem melhor!

Em 1557, três anos depois do príncipe seu filho, falecia o rei D. João III.

No meio de todas estas mortes — e não referi senão as indispensáveis —, a Infanta deve ter afervorado a sua vida religiosa (com a intensidade própria daquele tempo de crise), desenvolvido as suas práticas de caridade (a peste e a fome flagelavam o País), e continuado a exercer o mecenatismo que deixam supor os diversos livros que lhe foram dedicados.

Os seus rendimentos em Portugal, em Espanha e na França faziam dela, segundo o testemunho dos próprios estrangeiros, uma das princesas mais ricas (se não, a mais rica) da Cristandade. Recordarei um apenas, William Prescott, *History of the Reign of Charles the Fifth* (Londres, s.d.): «By her will she [D. Leonor] made her the sole heir to the extensive estates she possessed both in France and in Spain, which, combined with the large domains belonging to the infanta in Portugal, made her the most splendid match in Christendom.» (II, p. 524).

Jean Nicot, o embaixador francês, descreve-a em 1559 como «uma bela princesa e tão ricamente vestida que parecia não ter ficado pedra preciosa nem pérola no Oriente. Disseram-me dela tantas coisas de honra e virtude, a mais não poder ser.» E noutra ocasião: «A Infanta D. Maria estava tão ricamente vestida de pérolas e pedraria diversa, que o Sol não é mais brilhante.» (18)

A investigação dos últimos anos, particularmente no domínio do Humanismo Renascentista, revelou aspectos desconhecidos, da vida cultural portuguesa no século XVI. A Infanta era, por vezes, apresentada como a flor radiosa no campo árido da ignorância das mulheres em Portugal.

Ora, sabemos hoje que isso não é verdade; sabemos que meio século antes dos anos da maturidade de D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel, um grupo de mulheres tivera interesses culturais semelhantes aos seus, conhecera bem a língua culta do tempo, a língua que integrava na Europa as pessoas educadas da época do Renascimento.

---

(18) Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe Siècle*. Por ordem da Universidade, Coimbra, 1952, pp. 94-95, n. 1.

Para já não falar daquela infanta D. Catarina, filha do rei D. Duarte, falecida em 1463, que teria traduzido do latim um livro publicado em Coimbra, em 1531, há todo o grupo das mulheres da aristocracia que se encontram nas cartas e nos versos de Cataldo Parisio Sículo, nos finais do século xv e primeiros anos do século xvi: a infanta D. Joana, irmã de D. João II, falecida em 1490; a rainha D. Leonor, mulher de D. João II; a marquesa de Vila Real, D. Maria Freire; sua filha, D. Leonor de Noronha, e outras mais.

De algumas delas me ocupo no prefácio da edição fac-similada de *A Infanta D. Maria e as suas Damas* de D. Carolina Michaélis, edição publicada em 1983 pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

Mas creio que o futuro nos trará ainda novidades, se a pesquisa sobre Humanismo Renascentista em Portugal continuar em bom ritmo. E a própria vida da Infanta terá de ser escrita de novo, à luz das informações documentadas que já hoje possuímos, mas virão de certo a aumentar, com o progresso da investigação.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

NOTA FINAL. A existência do ms. com o retrato de Sá de Meneses foi-me revelada pelo Prof. Doutor Martim de Albuquerque que também me facultou o negativo da gravura. Aqui lhe exprimo a minha gratidão.

O manuscrito pertence ao Senhor Conde das Alcáçovas e sobre ele deve ler-se o artigo de Martim de Albuquerque, «As Armas de Camões (o 'Livro dos Reis de Armas' e o 'Livro da Guarda Roupá dos Reis de Portugal')», *Revista da Universidade de Coimbra* 31 (1984), p. 553-566.